



A publicação do número 16 da Revista Risco chega em um momento de grande efervescência social, no qual as questões urbanas ocupam o primeiro plano das ações e do debate público. Os artigos aqui publicados, sem ter como horizonte imediato a situação presente, não deixam, em menor ou maior grau, de lidarem com questões associadas aos problemas urbanos e sociais. Isto é muito importante, pois o pensamento acadêmico por vezes é acusado de alheio à realidade, de fechado e circunscrito às suas demandas internas. Assim, mesmo sem ter uma dimensão sobre os acontecimentos recentes, os trabalhos demonstram que as pesquisas acadêmicas, no campo da arquitetura e do urbanismo, sem desmerecer outras possibilidades, podem iluminar o entendimento das situações urbanas contemporâneas, quer remontando a outros momentos que guardam as gêneses da situação atual, quer discutindo temas e contextos temporalmente mais próximos.

O primeiro artigo “Historiografia e habitação social: temas e lugares por meio dos manuais de arquitetura brasileira” de autoria de Flávia Brito do Nascimento analisa um tema de grande repercussão na formação dos arquitetos urbanistas, o da relação entre a historiografia da arquitetura moderna brasileira e a habitação de interesse social. Nunca é demais lembrar que a historiografia da arquitetura moderna brasileira privilegiou alguns personagens e eventos gerando

zonas de sombra sobre determinadas produções, no caso analisado as realizações de âmbito estatal relacionadas à moradia operária.

Thaís Troncon Rosa no trabalho “Planejamento urbano e política habitacional no Brasil: institucionalização, dicotomização, municipalização. Reflexões a partir do caso de São Carlos – SP” investiga desde o ápice do processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil (constituição SERFHAU e BNH), passando pela emergência e atuação das empresas mistas como operadoras das políticas urbanas, até a completa fragmentação deste processo, que acarretou uma ‘municipalização compulsória dos processos de planejamento e das políticas urbanas e habitacionais’. Objetivando a análise, se atem no estudo da empresa mista PROHAB, em São Carlos/SP, verificando sua constituição e conexões com o contexto das políticas urbanas e habitacionais no país.

Em a “Estética, política e cidades: apontamentos sobre a dimensão crítica de intervenções artísticas em espaço urbano no final do século XX” Gabriel Girnos Elias de Souza traça um quadro de temas e referências sobre arte, política e espaço urbano na contemporaneidade, para refletir acerca de algumas formas básicas de operações críticas no espaço

Figura: Perfis de ocupação territorial. Fonte: Jonathas Magalhães Pereira da Silva e Claudio Manetti.

urbano desenvolvidas a partir dos anos sessenta, introduzindo ao final a realização dos grandes eventos de arte em espaços urbanos e seus efeitos frente a uma dimensão crítica da arte na cidade.

No quarto artigo “Guido Thomaz Marlière, o ‘Semeador’ de cidades na Zona da Mata Mineira” os autores Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, Josarlete Magalhães Soares e Isadora Maria Floriano Ribeiro discutem o papel que o militar Guido Thomaz Marlière, enviado para Minas Gerais pelo governo português, no início do século XIX, cumpriu na formação de diversos núcleos urbanos na região da atual Zona da Mata Mineira. Especificamente, apresentam suas principais ações e questionam se o militar ultrapassou seu papel de pacificador de índios fundando novos povoados valendo-se de sua autoridade.

Em “Memória, mobilidade e complexidade: consideração pela história local” Jonathas Magalhães Pereira da Silva e Claudio Manetti apresentam e discutem experiências profissionais de projetos de intervenções urbanísticas marcados pela ausência do estado, tanto na gênese da ocupação, como na consolidação urbana e indicam como necessário o interesse público na construção do território. Para os autores, nesses casos, não se trata de reduzir os padrões urbanísticos adotados para o restante da cidade, nem adotá-los acriticamente, mas sim parte-se do pressuposto de que os padrões urbanísticos, compreendendo infraestrutura e equipamentos urbanos, que dão forma à cidade, devem responder às diferentes formas de ocupação.

Thiago Lopes Ferreira em “Um olhar sobre os processos de produção das culturas construtivas

tradicionais” introduz e discute a noção de culturas construtivas, sua constituição e seus elementos. Isto orienta a reflexão sobre casos nos quais determinadas sociedades produziram tecnologias, legitimadas por fatores mais associados à tradição cultural do que à razão técnica, transmitindo-as e desenvolvendo-as ao longo do tempo, num processo que agrega dimensões culturais e identitárias.

Fechando a seção no artigo “Ernesto Nathan Rogers e a polêmica da arquitetura brasileira” Aline Sanches Coelho retoma duas polêmicas originadas frente a redefinir uma posição em relação à arquitetura moderna após a segunda guerra: uma gerada pela crítica de Max Bill à arquitetura moderna brasileira e outra a partir da crítica de Reyner Banham à arquitetura italiana nas quais Rogers e a revista «Casabella-Continuità», tiveram parte importante. Além de esclarecer o lugar de Rogers, a autora discute a atualidade das polêmicas que ocorreram entre 1954 e 1959.

Na seção transcrição Ana Carolina Fróes Ribeiro Lopes apresenta e entrevista Michael John Chapman, artista que participou do grupo *Exploding Galaxy* que, conforme sua visão, tinha como objetivo “criar uma estrutura social criativa que pudesse interagir com o público sem a mediação das instituições, tomando como modelo o regime estético de sua própria obra”. Personagem e memória viva do grupo, com o qual Hélio Oiticica e outros artistas brasileiros chegaram a se relacionar, Chapman, que hoje vive no Brasil, discorre sobre um rico episódio da contracultura dos anos 1960.

A todos uma boa leitura.